



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input checked="" type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

A formação em urbanismo no Mercosul

Training in urbanism in Mercosur

La formación en urbanismo en el Mercosur

KATAKURA, Paula (1)

(1) Professora Doutora, FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, SP, Brasil; email: pkatakura@fmu.br



A formação em urbanismo no Mercosul

Training in urbanism in Mercosur

La formación en urbanismo en el Mercosur

RESUMO

Diretrizes Curriculares Nacionais propostas para os cursos superiores do Brasil, permitiram que cada escola pudesse organizar seu Projeto Pedagógico com ênfase em aspectos regionais nos quais se inserem, sem abandonar a formação básica que permite aos egressos a possibilidade de assumir as atribuições profissionais que a legislação vigente lhes confere. Discute-se a condição da formação e do exercício profissional frente às condições sociais atuais, num momento de globalização, intrusão da lógica comercial nesse processo considerando também os movimentos dos profissionais entre países. Cada curso organiza-se de maneira particular em relação à oferta das unidades curriculares e às metodologias adotadas. A organização da formação profissional no Brasil difere substancialmente da formação profissional nos países que integram o Sistema Arcu-Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Cursos, urbanismo, formação

ABSTRACT

National Curriculum guidelines, proposed for the higher education courses in Brazil, allowed each school to organize its pedagogical project with emphasis on aspects of the region in which they operate, without abandoning the basic training that allows graduates the opportunity to assume the professional responsibilities that the current legislation gives them. We discuss the condition of training and professional practice in the face of current social conditions, at a time of globalization and intrusion of business logic in this process, while also considering the movements of professionals between countries. Each course is organized in a particular way in relation to the provision of the curricular units and methodologies adopted. The organization of vocational training in Brazil differs substantially from training in the other countries of the "Arcu-Sul" System.

KEY-WORDS: Schools, urbanism, vocational training

RESUMEN

Las Directrices Curriculares Nacionales propuestas para los cursos superiores de Brasil, permitieron que cada escuela pudiese organizar su Proyecto Pedagógico con énfasis en aspectos regionales en los cuales se insieren, sin abandonar la formación básica que permite a los egresos la posibilidad de asumir las atribuciones profesionales que la legislación vigente les ofrece. Se discute la situación de la formación y del ejercicio profesional frente a las condiciones sociales actuales, en un momento de globalización, introducción de la lógica comercial en este proceso considerando también los movimientos de los profesionales entre países. Cada curso se organiza de manera particular en relación al ofrecimiento de las unidades curriculares e a las metodologías adoptadas. La organización de la formación profesional en Brasil se diferencia substancialmente de la formación profesional de países que integran el Sistema Arcu-Sur

PALABRAS-CLAVE: Escuelas, urbanismo, formación



1 INTRODUÇÃO

A profissão do arquiteto foi regulamentada em 1933 por um decreto federal que estabeleceu vínculo entre ensino e habilitação para o exercício profissional e a obrigatoriedade de formação em escolas de ensino superior regulamentadas.

No Brasil, a formação é única para a área da Arquitetura e Urbanismo desde a Resolução nº 3, de 25 de junho de 1969, do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu o currículo mínimo para o curso de Arquitetura e Urbanismo, com a fixação do mínimo de conteúdos, de duração dos cursos e introdução da formação com “habilitação única” para a área de Arquitetura e Urbanismo. A partir daí, as escolas e faculdades de Arquitetura existentes no Brasil, adequaram-se à legislação alterando a denominação para Escola ou Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e passaram a emitir os certificados de conclusão de curso com a designação. “Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo”. Os Currículos Mínimos eram fixados para uma determinada habilitação profissional, e asseguravam direitos para o exercício de uma profissão regulamentada. Também a Portaria MEC nº 1.770, de 21 de dezembro de 1994, manteve o princípio da habilitação única. Com a LDB de 1996 (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), os Currículos Mínimos foram substituídos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que permitem uma formação mais diversificada e, no caso das profissões regulamentadas, não asseguram o direito ao exercício profissional que está vinculado ao controle dos conselhos de classe.

Dentro do sistema CONFEA-CREA, houve a consolidação das atribuições e reafirmação da unicidade da profissão de Arquiteto e Urbanista por meio da Resolução nº 1.010/2005. A Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, mais recente regulamentação do exercício da Arquitetura e Urbanismo, que criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, igualmente manteve a unicidade da habilitação. O ensino do urbanismo como uma área disciplinar de formação dentro de todos os cursos de Arquitetura e Urbanismo é obrigatório no país.

No Mercosul, muitos países integram em seus currículos e projetos pedagógicos, conteúdos do urbanismo sem a obrigatoriedade da titulação em urbanismo. A maior parte dos cursos é designada “*Carrera de arquitectura*” e oferece aos egressos a titulação de “*licenciado*” (diplomado) em Arquitetura.

No Brasil, apesar da habilitação única em arquitetura e urbanismo ser indiscutível, os conteúdos ligados ao urbanismo estão presentes de forma diversificada entre as diferentes instituições de ensino, com ampla variação de carga horária.

2 A FORMAÇÃO NO MERCOSUL

Com base na experiência de um mecanismo experimental de acreditação para cursos de graduação do Mercosul denominado “Mexa”, foi instituído um sistema permanente de acreditação regional com o objetivo de se aferir o nível acadêmico e científico de alguns cursos de graduação. Esta verificação é realizada por meio de critérios regionais de qualidade de cursos elaborados por comissões consultivas sob coordenação da Rede de Agências Nacionais de Acreditação. O sistema denominado Arcu-Sul tem como objetivo a promoção do desenvolvimento social, econômico, educacional, político e cultural, com melhoria permanente da formação em nível superior, dos países membros do Mercosul e associados: Argentina,

Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia e Venezuela. A adesão por parte das instituições de educação superior é voluntária e o processo de acreditação contínuo. Até o momento, participam as seguintes áreas: Agronomia, Arquitetura, Enfermagem, Engenharia, Medicina e Odontologia. O sistema pretende facilitar a movimentação de docentes e discentes entre as instituições acreditadas durante a sua vigência; agilizar os processos de reconhecimento de títulos ou diplomas; facilitar o intercâmbio científico e cultural e a cooperação solidária entre as respectivas comunidades acadêmicas dos países; elaborar critérios e indicadores comuns de qualidade no âmbito do Mercosul. Dentro dessas premissas gerais foram estabelecidos critérios e indicadores para a acreditação regional dos Cursos de Graduação de Arquitetura que, desde 2010, estão sendo utilizados pelos avaliadores do sistema.

A denominação dos Cursos desta área não é única na região e o título de urbanista para os egressos dos cursos de arquitetura não faz parte das preocupações dos demais países envolvidos no sistema de acreditação.

Das 22 instituições argentinas que oferecem o curso de arquitetura, sete são designadas "Facultad de Arquitectura", uma "Escuela de Arquitectura y Estudios Urbanos", uma "Arquitectura, Planeamiento y Diseño", uma "Facultad de Planeamiento Socioambiental" e as demais "Facultad de Arquitectura y Urbanismo" ou "Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo". Todas mantêm a designação "Carrera de Arquitectura".

Na Venezuela existem seis universidades públicas e quatro privadas que oferecem o curso de arquitetura. A *Universidad Simon Bolivar*, onde estive em avaliação de curso, oferece além do Curso de Arquitetura, o Curso de Urbanismo, também com cinco anos de duração.

Tabela 01: Comparação de carga horária das disciplinas de urbanismo e meio ambiente nas universidades da Venezuela.

	Nome da disciplina	Instituição										Média	H/sem	
		UCV	LUZ	ULA	USB	URU	UMV	UNET	USM	UJAP	UDO			
Urbanismo e Ambiente	Contexto Urbano							1						
	Desenvolvimento Urbano								2	2				
	Divisão Social do Espaço							1						
	Equipamento									1				
	Estrutura Urbana	1					1			1	1			
	Estudos Urbanos		1											
	História da Cidade						1							
	Urbanismo	3			1	1								
	Sub-Total Urbanismo	192	56	0	36	42	64	128	96	216	64			
	Conforto Ambiental	3				2				1	1			
	Ambiente e Cidade								1					
	Ambiente e Edificação	1							1	1				
	Arquitetura e impacto ambiental													
	Arquitetura e Ambiente				2									
	Arquitetura sem barreiras					1								
	Assentamentos Humanos	1												
	Qualidade de Vida							1						
	Conceito Urbano Ambiental							1						
	Ecologia					1								
	Ecologia e Ambiente													
	Ecologia Urbana										1			
	O homem e seu ambiente									1				
	Estudos Ambientais			3										
	Habitat e desenvolvimento sustentável													
	Meio Ambiente							1						
	Meio ambiente físico na arquitetura						1							
	Valorização Ambiental										1			
	Sistemas Construtivos		1											
	Introdução à Gestão Ambiental								1					
	Paisagismo					1								
Sub-total Ambiente	192	138	162	72	210	64	192	128	144	144				
Horas	384	194	162	108	252	128	320	224	360	208	234	2		
Média	234	234	234	234	234	234	234	234	234	234	234			

Fonte: Núcleo de Decanos de Arquitectura-CNU . Requisitos Mínimos para Creación y Actualización de Programas de Arquitectura en Venezuela, Mérida: CNU, p.37.

Tabela 02: Comparação de carga horária das disciplinas de projeto de arquitetura nas universidades da Venezuela.

	Nome da disciplina	Instituição										Média	H/sem	
		UCV	LUZ	ULA	USB	URU	UMV	UNET	USM	UJAP	UDO			
Projeto Arquitetônico	Composição					1					2			
	Projeto									10				
	Projeto Arquitetônico	10	8		11				10		6			
	Viabilidade de Projetos					1								
	Projetos					6								
	Projetos													
	Ateliê de projetos					1								
	Introdução à Arquitetura		1	2		2		1						
	Trabalho de Graduação				1						2			
	Projeto de Graduação													
		Horas	1440	1340	2088	1584	1022	1536	1056	1620	1656	1744	1509	13,2
		Média Padrão	1509	1509	1509	1509	1509	1509	1509	1509	1509	1509		

Fonte: Núcleo de Decanos de Arquitectura-CNU . Requisitos Mínimos para Creación y Actualización de Programas de Arquitectura en Venezuela, Mérida: CNU, p.39.

Comparando-se as tabelas 1 e 2 acima, reproduzidas do manual de Requisitos mínimos para a criação e atualização de programas de arquitetura na Venezuela, elaborado pelo Núcleo de Decanos, verificamos que a carga horária destinada às unidades curriculares de projeto de arquitetura são muito superiores àquelas destinadas ao urbanismo. A maior delas, registrada na “*Universidad Central de Venezuela*”, totaliza 384 horas com a inclusão de educação ambiental e conforto ambiental, contra 1440 horas de aulas de Projeto Arquitetônico.

O Uruguai, com apenas duas instituições, oferece o curso na “*Facultad de Arquitectura da Universidad de la República*” e na “*Facultad de Arquitectura da Universidad ORT Uruguay*” e ambas atribuem o título de arquiteto aos egressos.

No Paraguai existem três cursos: “*Carrera de Arquitectura de la Universidad Americana*”, “*Carrera de Arquitectura de la Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción*” e “*Facultad de Arquitectura de la Universidad Nacional de Asunción*”. Nenhum deles faz referência ao urbanismo.

O Peru possui em funcionamento dezoito escolas de arquitetura das quais dez incorporam urbanismo ao nome do curso. Esta incorporação, proporcionalmente maior que nos demais países do Sistema Arcu-Sul, excetuando-se o Brasil, merece investigação mais aprofundada em relação aos conteúdos ministrados, não contemplados no presente artigo.

Na Bolívia, nove instituições formam arquitetos. Destas, oito oferecem o curso nas “*Facultades de Arquitectura*” e apenas uma na “*Facultad de Arquitectura y Urbanismo*”.

No Chile são vinte e uma escolas e apenas uma faz menção à formação em urbanismo, a “*Universidad de Chile*” em sua “*Facultad de Arquitectura y Urbanismo*”. A titulação é sempre de “licenciado” em arquitetura. A matriz curricular da “*Universidad de Chile*” apresenta cinco disciplinas de urbanismo, nenhuma delas desenvolvida em forma de ateliê, diferente das disciplinas de projeto arquitetônico chamadas “*Taller*”.

Apesar de toda esta diversidade nos países do Mercosul, o sistema Arcu-Sul optou por também incluir os conteúdos do urbanismo entre os critérios de avaliação dos cursos.

A certificação ou acreditação tem por base uma autoavaliação realizada num período que antecede a visita in loco dos pares avaliadores. A partir dela é confeccionado um relatório sob a forma de um formulário e, por fim, há uma visita de avaliadores para verificação da autoavaliação.

Os tópicos de autoavaliação estão divididos em quatro dimensões: Contexto Institucional, Projeto Acadêmico, Comunidade Universitária e Infraestrutura. Na Dimensão 2, “Projeto Acadêmico”, avalia-se “uma formação que assegure a capacidade de abordar projetos urbanísticos e de planejamento urbano e territorial”. Nesta mesma dimensão, no item “2.1.2- Conhecimentos, habilidades e competências do egresso: devem ser avaliados os conhecimentos do urbanismo e do território” e no “2.2.1 Conteúdos”, deve ser avaliado “se o campo específico da arquitetura e do urbanismo está centrado no projeto, que define uma forma de integração particular de aspectos vinculados à comunicação, às ciências básicas, à tecnologia, produção, gestão e ciências sociais, particularmente à história, teoria e crítica.”

Os critérios acima citados confirmam o desejo dos países membros do Mercosul e associados estabelecerem padrões mínimos de qualidade que incluam conteúdos importantes para a solução dos problemas de suas cidades. Denotam a preocupação destes países com a formação de profissionais com habilidades e competências para lidar com problemas de infraestrutura, mobilidade, habitação e meio ambiente, cada dia mais graves nas cidades e que representam entraves ao crescimento econômico e desenvolvimento social.

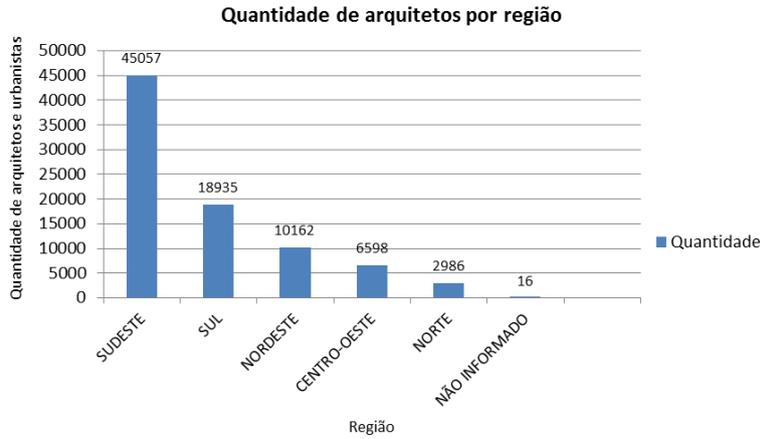
Embora os critérios de acreditação incluam a análise de conteúdos do urbanismo, percebe-se nos currículos de algumas escolas da Venezuela e da Bolívia, a existência de unidades curriculares do urbanismo muito ligados à teoria e história. Algumas delas propõem análises e leituras urbanas com raras atividades propositivas. Vigora a ideia de que as questões urbanísticas estão incorporadas em todas as disciplinas de projeto arquitetônico que realizam análises das condicionantes do entorno e ambiente nos estudos de implantação.

3 A FORMAÇÃO NO PAÍS

Embora a habilitação única esteja estabelecida há mais de 30 anos, os cursos brasileiros oferecem conteúdos relativos ao urbanismo de maneira diversificada, muito em função da região do país e dentro da liberdade e flexibilidade permitidas pela LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que incentiva a diversidade regional, a contextualização e possibilita a organização de propostas curriculares que podem se adequar ao tempo e às características locais. As avaliações de cursos de arquitetura e urbanismo realizadas pelo INEP, permitem constatar uma carga horária pequena e menor quantidade de conteúdos relacionados ao urbanismo nos cursos das regiões Norte e Centro-Oeste. Coincide também com esse registro, a existência de poucos profissionais nessas mesmas regiões (Gráfico 1).

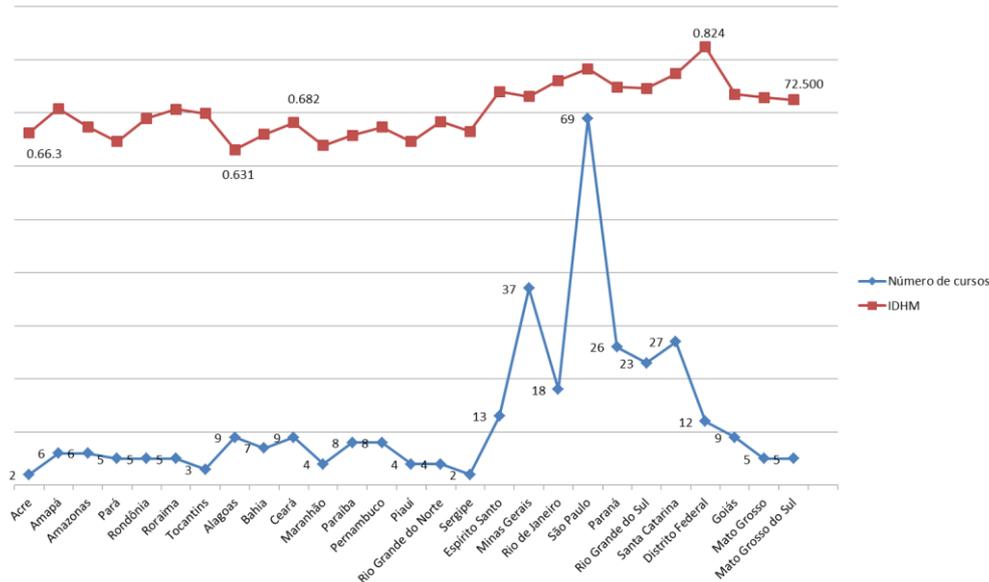
Ainda continua difícil atrair docentes titulados e mesmo reter docentes com pós-graduação stricto sensu nestas regiões, justamente onde as cidades médias e pequenas requerem hoje intervenções importantes na organização das habitações sociais, saneamento básico e cuidado com as questões ambientais. O Gráfico 1, com dados do Censo realizado pelo CAU-BR, mostra a distribuição de arquitetos por região e evidencia a grande concentração de profissionais no sul e sudeste. O número de cursos (Gráfico 2) é pequeno nos estados das regiões norte e centro-oeste, o mesmo acontecendo com os IDHMs mais baixos do Brasil, registrados nas regiões norte, centro-oeste e nordeste conforme indicam dados do IBGE/2013.

Gráfico 01: Distribuição de arquitetos e urbanistas por região brasileira.



Fonte dos dados: SICCAU 12/2012. Disponível em <<http://www.caubr.gov.br/censo/>>

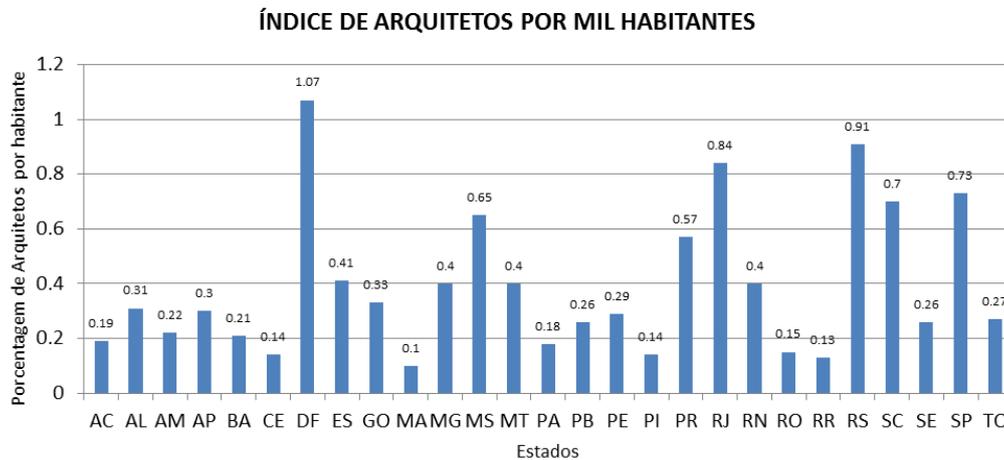
Gráfico 02: Distribuição de arquitetos e urbanistas por região brasileira.



Fonte dos dados: IBGE 2013 e Associação Associação Brasileira de Ensino de *Arquitetura* e Urbanismo.

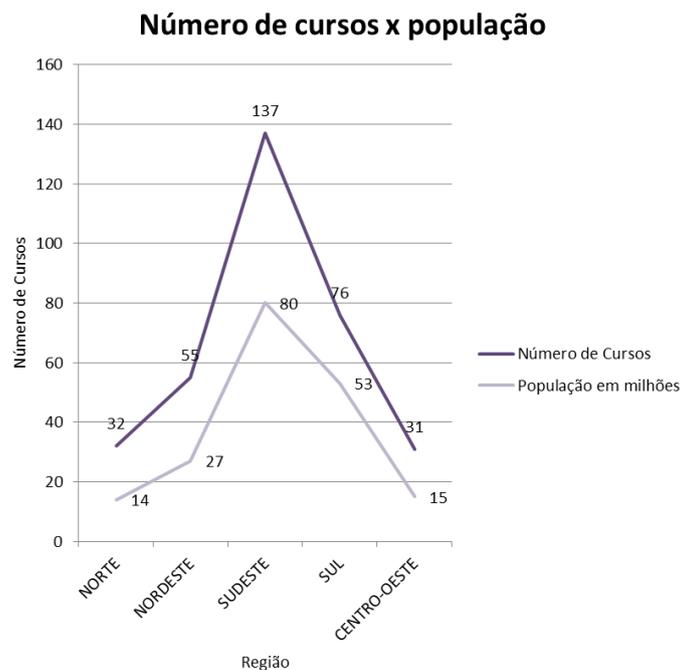
O número de arquitetos por habitante é maior no Distrito Federal seguido pelos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro sendo que os mais baixos concentram-se nos estados no Maranhão, Roraima e Piauí conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 03: Índice de arquitetos por habitante.



Fonte dos dados: SICAU 12/2012. Disponível em <http://www.caubr.gov.br/censo/>

Gráfico 04: Número de cursos por região e população por região.



Fonte dos dados: ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <http://www.abea.org.br/> e IBGE, Censo 2010, disponível em www.ibge.gov.br.

A curva que indica a quantidade de cursos nas diferentes regiões do país acompanha aproximadamente a curva de distribuição da população nestas mesmas regiões, com acréscimo diferenciado do número de cursos na região sudeste em relação à população (Gráfico 4). Os profissionais continuam concentrados nas metrópoles, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

A maior parte dos cursos envolvidos no sistema Arcu-Sul considera que as questões urbanas fazem parte das atividades desenvolvidas na implantação dos projetos de arquitetura que realizam leituras do entorno ou de uma área mais abrangente durante os estudos de organização do edifício no lote. No Brasil, mesmo nas metrópoles, também persiste em muitos



curso a mesma ideia de que o urbanismo sempre pode estar integrado às unidades curriculares do Projeto de Arquitetura. Os projetos pedagógicos estão em permanente atualização e mostram uma tendência de superação do entendimento equivocado que relacionava os conteúdos do urbanismo à escala ampliada do objeto e que poderia ser um edifício, um conjunto de edifícios ou uma cidade.

4 O ENSINO DO URBANISMO

O conhecimento de teorias e doutrinas do urbanismo estão presentes na maioria dos currículos e projetos pedagógicos dos países envolvidos no Sistema Arcu-Sul. Já a prática do projeto urbano e os ensaios de organização formal e funcional ainda não comparecem com destaque. A complexidade da legislação no Brasil, que hoje inclui o Estatuto da Cidade, planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, códigos de obras, legislação ligada ao licenciamento ambiental, impacto ambiental, gestão de resíduos, saneamento, acessibilidade entre outros, exige o oferecimento de unidades curriculares específicas, desvinculadas daquelas destinadas ao desenvolvimento de projetos de edificação.

A pouca oferta de docentes para ministrar conteúdos específicos, dificulta a plena implementação dos projetos pedagógicos e faz com que cidades com menores recursos e com muitos problemas sociais, econômicos, de infraestrutura, de organização do espaço, com habitações precárias, formem profissionais mais voltados à produção da edificação pela pouca oferta de mestres e doutores com formação para abordar conteúdos conceituais do urbanismo e também conseguir orientar atividades propositivas nessas regiões onde os problemas das cidades são graves. A complexidade dos problemas da cidade e do território exige profissionais para a prestação de serviços em questões ligadas ao processo urbanístico, com formação e qualificação para lidar com os instrumentos legais, as políticas públicas e também realizar a coordenação de projetos urbanos com o envolvimento de equipes disciplinares de toda a natureza. A maneira como estes conteúdos se inserem nos cursos precisa ser repensada com o desenvolvimento de metodologias voltadas principalmente para o ensino do caráter prático do urbanismo que precisa ir além de sua teoria e história, das análises de elementos isolados, bidimensionais e gráficos. Novas formas de investigação, ferramentas de trabalho e tecnologias para o enfrentamento dos problemas das cidades contemporâneas se fazem necessários dentro da graduação.

Tabela 03: Carga horária de unidades curriculares com conteúdos específicos do Urbanismo.

Nome da disciplina	Instituição											
	ANHANG São Paulo	BELAS ARTE São Paulo	MACK São Paulo	PUC-CAM Campinas	FIAMFAAM São Paulo	FATEA Lorena	FCHE Recife	UFPE Recife	FMN Recife	UNICAP Recife	CESMAC Maceió	UFAL Maceió
Projeto Urbano e Paisagismo		80										
Projeto Urbano e Patrimônio Histórico		80										
Planejamento Urbano		80										
Fundamentos do Urbanismo		40										
História do Urbanismo		40										
Estúdio de Urbanismo: Processo	120											
Teorias Urbanas	60											
Produção do Espaço Urbano	60											
Estúdio de Paisagismo: Estudo Urbano e Ambiental	120											
Estúdio de Urbanismo: Áreas Informais	60											
Estúdio de Arquitetura: Sustentabilidade Ambiental	60											
Planejamento Urbano e Regional	60			238	80	80	68	120	120	60	160	320
Projeto Urbanístico											160	
Estudos Urbanos e da Paisagem							68					
Geoprocessamento							68					
Desenho Urbano e Planejamento Habitacional									60			
Projeto de Urbanismo												
Projeto Urbano-Escala de Bairros												
Projeto Urbano-Escalas Diversas												
Projeto Urbano e Paisagístico						240						
Meio Ambiente e Urbanização												
Urbanismo			480	238								
Infraestrutura Urbana				68								
Geoprocessamento				68				15				
Teoria do Urbanismo												80
Soc. Meio Amb. Desenv.												80
Planejamento Urbano dos Transportes												
Estudos Sócio-econômicos e Ambientais								60				
Planejamento dos Transportes Urbanos								30				
Sistemas Infraestruturais								30				
Estudos Sócio-culturais do Espaço Urbano											30	
Projeto Urbano											120	
Desenho Urbano e Espaços da Cidade											120	
Planejamento e Projeto Urb. E Regional												
Introdução ao Projeto Urbanístico												
Planejamento Urbano-Ambiental												
Projeto de Urbanismo e Paisagismo												
Planejamento e Intervenções Urbanas												
Teoria e Projeto de Intervenções Urbanas												
Transporte Urbano e Regional												
Laboratório de Urbanismo						120						
Introdução ao Projeto de Urbanismo						80						
Projeto de Urbanismo e Paisagismo: o Bairro						80						
Ateliê de Urbanismo e Paisagismo: Áreas Centrais						80						
Projeto de Urbanismo e Paisagismo: Áreas Perif.						80						
Proj. de Urb. e Paisag.: Diagn. e Diretrizes Munic.						80						
Horas	540	320	480	612	600	320	204	255	180	330	320	480

Fonte: Projetos Pedagógicos dos Cursos, sites dos cursos.

As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo de 2012, ao citarem em seu Art. 5º. “o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em **planejamento urbano e regional, ...**” (grifo nosso), levaram a quase totalidade dos cursos a incluir a disciplina Planejamento Urbano e Regional em suas matrizes curriculares conforme mostram as Tabelas 3 e 4. Se tomarmos como referência a carga horária mínima obrigatória dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, de 3600 horas, teremos um percentual de conteúdos de urbanismo que varia de 3 a 17% da carga horária total dos cursos. As instituições tabuladas nas Tabelas 3 e 4 fazem parte da pesquisa ainda em desenvolvimento do levantamento de conteúdos e carga horária dos cursos de Arquitetura e Urbanismo que participaram do ENADE 2011, apresentadas ainda aleatoriamente, apenas como amostragem inicial e ilustrativa. Optou-se por selecionar apenas os cursos que inscreveram concluintes no ENADE 2011 por serem já consolidados, não apenas autorizados ou abertos, mas que tiveram turmas concluintes.

Tabela 04: Carga horária de unidades curriculares com conteúdos específicos do Urbanismo.

Nome da disciplina	Instituição											
	ICF	UFPI	UFRN	UNIFE	UNICEUMA	UNIFAP	FAMETRO	UNINORTE	UNILTONL	UFT	UNIRON	UFC
	Teresina	Teresina	Natal	João Pessoa	São Luís	Santana	Manaus	Manaus	Manaus	Palmas	Porto Velho	Fortaleza
Estúdio de Urbanismo: Processo												
Teorias Urbanas												
Produção do Espaço Urbano												
Estúdio de Paisagismo: Estudo Urbano e Ambiental												
Estúdio de Urbanismo: Áreas Informais												
Estúdio de Arquitetura: Sustentabilidade Ambiental												
Planejamento Urbano e Regional	180	75			60	80	120	160	60	NI		128
Projeto Urbanístico										270		384
Estudos Urbanos e da Paisagem												
Geoprocessamento												
Desenho Urbano e Planejamento Habitacional												
Projeto de Urbanismo	180	150										
Mobilidade Urbana-Transporte e Trânsito												
Projeto Urbano-Escala de Bairros							80					
Projeto Urbano-Escalas Diversas							80					
Projeto Urbano e Paisagístico												
Sistema de Análise Urbana												
Intervenção Urbana Local												
Paisagismo Urbano												
Sistema Integrado de Urbanismo												
Intervenção Urbana Regional												
Meio Ambiente e Urbanização	72											
Urbanismo						120						
Infraestrutura Urbana									45			
Geoprocessamento				40								
Teoria do Urbanismo												
Soc. Meio Amb. Desenv.												
Planejamento Urbano dos Transportes												64
Estudos Sócio-econômicos e Ambientais												
Planejamento dos Transportes Urbanos												
Sistemas Infraestruturais												
Estudos Sócio-culturais do Espaço Urbano												
Projeto Urbano						300						
Desenho Urbano e Espaços da Cidade												
Planejamento e Projeto Urb. E Regional			450									
Introdução ao Projeto Urbanístico									90			
Planejamento Urbano-Ambiental				400				120				
Projeto de Urbanismo e Paisagismo									400		120	
Planejamento e Intervenções Urbanas					60							
Teoria e Projeto de Intervenções Urbanas					60							
Transporte Urbano e Regional									45			
Laboratório de Urbanismo												
Introdução ao Projeto de Urbanismo												
Projeto de Urbanismo e Paisagismo: o Bairro												
Ateliê de Urbanismo e Paisagismo: Áreas Centrais												
Projeto de Urbanismo e Paisagismo: Áreas Perif.												
Proj. de Urb. e Paisag.: Diagn. e Diretrizes Munic.												
Horas	432	225	450	440	180	500	280	280	460	450	120	576

Fonte: Projetos Pedagógicos dos Cursos, sites dos cursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão dos Cursos de Arquitetura entre as graduações acreditadas pelo sistema Arcu-Sul representam o reconhecimento da área como fundamental para o desenvolvimento dos países do Mercosul e associados, não apenas para assegurar a qualidade das edificações mas principalmente com o intuito de promover e reforçar soluções para as questões fundamentais das nossas cidades. No contexto atual, sabe-se que o desenvolvimento econômico depende de melhores condições de infraestrutura urbana, mobilidade e moradia. Investir na formação dos profissionais envolvidos com a organização e a gestão das cidades e do território, garantindo qualidade e distribuição mais equilibrada do conhecimento nos cursos de arquitetura ou de arquitetura e urbanismo, implantados nas mais diversas regiões, empregando novas metodologias e tecnologias é desafio para se obter avanços e superar desigualdades.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Tabela enade_cpc_2011_retificado_08_02_13*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade/resultados>>. Acesso em: 25 de julho de 2014.
- BRASIL. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. Parecer CNE/CES 67/2003. Brasília, DF, 2003. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>>. Acesso em 28 de julho de 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Acesso em 25 de julho de 2014.
- CONFEA. Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia / Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Confea, 2010. Disponível em: < http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B2DB4D619-7BD5-4BB5-828F-CODF28DA9DBE%7D_volume_10.pdf >. Acesso em 05 out. 2013.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://caubr.gov.br>>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão? **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 133.07, Vitruvius, jul. 2011 Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em 20 de junho de 2014.
- MARAGNO, Gogliardo Vieira. A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e as relações entre o ensino de Arquitetura e Urbanismo e a habilitação profissional no Brasil. In: GUTIERREZ, Ester Judite B. (Org.). *A Construção de um novo olhar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*. Brasília: ABEA, 2013.p.138-166.
- MARAGNO, Gogliardo Vieira. Quase 300 cursos de Arquitetura e Urbanismo no país: como tratar a qualidade com tanta quantidade? Algumas questões sobre qualificação e ensino no Brasil. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 161.07, Vitruvius, out. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4930>>. Acesso em: 10 de maio de 2014.
- MERCOSUR EDUCATIVO,SISTEMA ARCUSUR. Documento de criterios e indicadores para la acreditación regional de Carreras de Grado de Arquitectura. COMISION CONSULTIVA DE EXPERTOS DE ARQUITECTURA DEL MERCOSUR, 2008. Disponível em: <http://arcusul.mec.gov.br/images/pdf/doc_criterios_es_arquitectura.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2013.
- MEYER, Regina Maria Proserpi. O urbanismo: entre a cidade e o território. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.58 no.1 Jan./Mar. 2006.
- MOUTINHO, Mário C.. Colégio de Arquitectos Urbanistas: novas responsabilidades, novos caminhos? . *Malha Urbana*, Revista Lusófona de Urbanismo, Lisboa, n. 1, 2005. Disponível em < <http://revistas.lulusofona.pt/index.php/malhaurbana/article/view/59>>. Acesso em 20 de junho de 2014.
- NOVAK, Hélio. Os outros nomes do urbanismo: Planejamento, projeto e Desenho urbanos*. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 127-146, dez. 2006.
- NÚCLEO DE DECANOS DE ARQUITECTURA-CNU. Requisitos Mínimos para Creación y Actualización de Programas de Arquitectura en Venezuela, Mérida: CNU.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. Matriz Curricular. Campinas, 2014. Disponível em: <<http://www.puc-campinas.edu.br/graduacao/cursos/arquitetura-e-urbanismo/matriz-curricular/>>. Acesso em: 20 de julho de 2014.
- UNIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADES DE ARQUITECTURA DE LATINOAMÉRICA. Escuelas de Arquitectura En Latinoamérica. Buenos Aires, 2012. Disponível em <<http://udefal.blogspot.com.br/2012/09/escuelas-de-arquitectura-en.html>>. Acesso em 18 de junho de 2014.
- UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. PPC_AU2014.pdf. São Paulo, 2014. Disponível em:< http://www.mackenzie.br/...MACKENZIE/.../Arquitetura.../PPC_AU2014.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2014.